



Clipping Nacional

de

EDUCAÇÃO

Brasília, 1º de Novembro de 2019

Só 0,5% dos melhores alunos do Enem são de baixa renda

919 alunos

de baixa renda estão entre os 5% com melhor nota

3,4 milhões

participaram da prova do Enem no ano passado*

502 mil

estudantes de baixa renda fizeram o processo de seleção

55.081

dos alunos de baixa renda estão entre os 5% com pior nota

Por Álvaro Fagundes e Hugo Passarelli, Valor — São Paulo

Levantamento do Valor mostra que, em 2018, apenas 919 estudantes muito pobres ficaram entre os 5% mais bem colocados na principal porta de entrada para a universidade

Os 5,1 milhões de estudantes inscritos para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) que começa neste fim de semana iniciam um caminho que é o retrato das desigualdades do país: entre os 5% com as melhores notas no ano passado (um grupo de 171,8 mil alunos), apenas 0,5%, ou 919 pessoas, era de baixa renda, mostra levantamento do Valor a partir dos microdados do Enem 2018.

A seleção de 2018 é um exemplo de como chegar à elite educacional é muito mais difícil para quem está na parte de baixo, ainda que o discurso da meritocracia ganhe força em Brasília. Esses 919 estudantes que chegaram ao topo representam 0,001% dos 501,8 mil participantes

de baixa renda do exame — aqueles que fizeram escola pública, que viviam em casas sem internet e com renda familiar per capita inferior a um terço do salário do mínimo, o equivalente a 14,6% dos inscritos.

Esse pequeno grupo de 919 estudantes não foge à regra do que é ser pobre no Brasil. A esmagadora maioria - 77,5% - é negra (preta ou parda), enquanto os brancos são 18,3%, mostra levantamento do Valor a partir dos microdados do Enem 2018.

Entre os 5% melhores do Enem como um todo, quase 30% dos estudantes têm mãe que cursou ao menos até o ensino superior. O percentual cai para 5,8% entre os 919 de baixa renda.

“A desigualdade social é reproduzida em grande escala na educação. Crianças mais ricas têm uma infância mais pródiga na oferta de oportunidades de desenvolvimento, tanto no âmbito fisiológico como no cultural. Há a possibilidade de jovens mais pobres terem bons e até ótimos

desempenhos, mas estamos falando de exceção”, afirma Gregório Grisa, doutor em educação e professor do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS).

Desde a década de 1960, sabe-se que a escolaridade da mãe é o determinante mais forte para o sucesso educacional de uma criança. O que tem se tentado mundo afora, desde então, é garantir um arcabouço mínimo de políticas públicas para mitigar as diferenças de largada ocasionadas pelas diferenças de condição socioeconômica.

“A desigualdade macro vai ser sempre mais condicionante do que qualquer excelência do aluno, mas hoje temos bastante evidência de que o clima escolar, que engloba toda a qualidade do ensino, pode dirimir o defeito da desigualdade social”, diz Grisa.

Há sinais que corroboram esse diagnóstico. Segundo o estudo do Valor, quase um quarto (24,6%) dos alunos de baixa renda do grupo de 919 estudantes são do Estado do Ceará, mais exitosa experiência de





Escolaridade da família

ESTUDO DA MÃE

% que cursou ao menos ensino superior

ESTUDO DO PAI

% que cursou ao menos ensino superior

8%

57%

3%

47%

Baixa renda no topo do Enem

Média do topo do Enem

Baixa renda no topo do Enem

Média do topo do Enem

educação pública de qualidade - e de larga escala - já registrada no Brasil.

O sucesso cearense também comprova que, embora desejada e urgente, a melhora da qualidade do ensino não garante, sozinha, o bem-estar geral da sociedade. Mesmo liderando as avaliações de educação básica, sobretudo no ensino fundamental, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita do Ceará é de R\$ 15.438, metade do nacional, segundo dados de 2016 do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE).

“A educação sozinha não é um motor de crescimento de renda per capita ou redução da desigualdade per se, mas é um dos elementos que ajudam nessa redução”, afirma Grisa. “Por outro lado, a educação é mais do que escolaridade. Precisamos focar na qualidade, no aprendizado das crianças e jovens, só assim a intervenção dos mesmos na sociedade e na economia terá impacto positivo”, complementa.

O levantamento do Valor usou dois critérios para identificar os alunos mais desfavorecidos que

chegaram à elite educacional do país: renda familiar (dividida pelo número de integrantes) equivalente a menos de um terço do salário mínimo, ausência de acesso à internet em casa e que estudaram em colégio público.

Embora sejam premissas relativamente simples, há forte correspondência dos resultados com a literatura já produzida sobre o tema. Estudo de Erik Figueirêdo, Lauro Nogueira e Fernanda Leite Santana, da Escola Brasileira de Economia e Finanças da FGV, aponta que é de 0,27% a probabilidade de indivíduos com baixo background social (filhos de mães analfabetas, com renda familiar inferior a um salário mínimo e que fizeram ensino público) estar entre os 5% que obtêm as melhores notas. Entre os de “alto background” (filhos de mãe com ensino superior, renda acima de nove mínimos e que estudaram em escola particular), a chance é de 35%.

Essa enorme desigualdade de oportunidade foi constatada em 2010, oito anos antes do levantamento do Valor que chegou ao mesmo diagnóstico.

Nunca estudou Fundamental incompleto Médio incompleto Médio completo Ensino superior Pós-graduação Não sei Muito pobres em geral Muito pobres no topo do Enem Total geral do Enem Topo do Enem e em geral 0102030405060708090100

Desde a Constituição de 1988, que fixou um percentual mínimo do orçamento para investimento em educação, o Brasil conseguiu avanços expressivos nas políticas públicas da área.

O acesso à escola foi praticamente universalizado do ensino fundamental ao médio. Também houve ganhos relevantes de aprendizagem do primeiro ao quinto ano do fundamental, mas esse movimento perde força no ciclo seguinte (do sexto ao nono ano) e está estagnado no ensino médio.

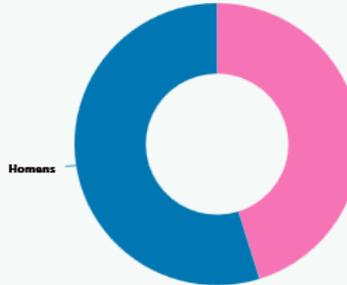
Os principais especialistas em educação do país defendem, mesmo com divergências sobre a forma, que é preciso reformular o ensino médio para melhor preparar os jovens para a vida adulta e, em última instância, a entrada numa universidade.



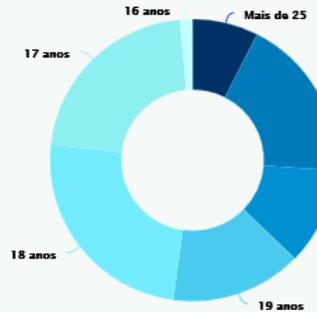


Quem são os muito pobres que chegaram no topo do Enem

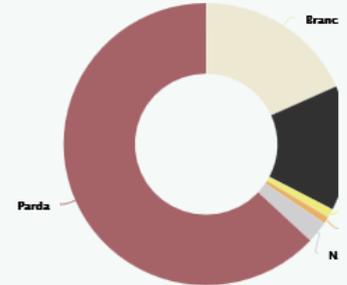
DIVISÃO POR GÊNERO
em %



DIVISÃO POR IDADE
em %



DIVISÃO POR RAÇA
em %



O Enem é hoje largamente adotado como método de seleção pelas universidades federais, as instituições de ensino superior com maior quantidade de cursos de qualidade. E o topo do Enem, como se sabe, é o que tem condições de disputar as vagas dos cursos mais disputados das melhores universidades.

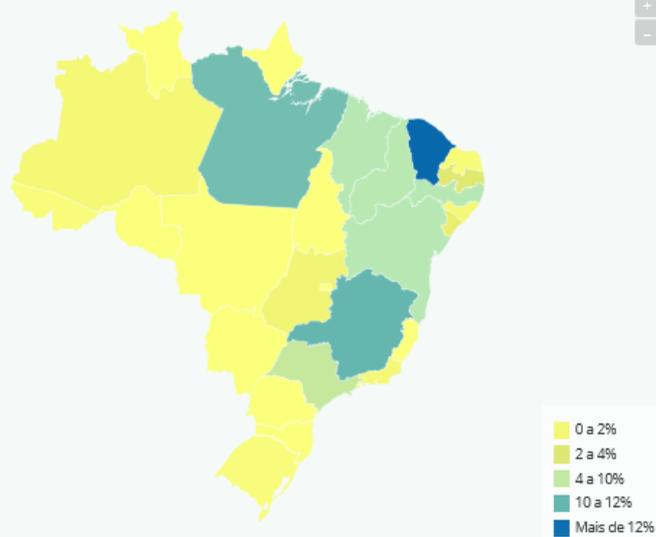
Isso é especialmente relevante no Brasil, o país que mais premia o diploma de ensino superior em forma de retorno salarial, segundo pesquisa da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) com 46 países. Por aqui, quem vai à universidade ganha 2,5 vezes mais do que alguém com ensino médio, contra uma média de 1,6 vez mais.



Onde estão os jovens de baixa renda mais bem colocados no enem

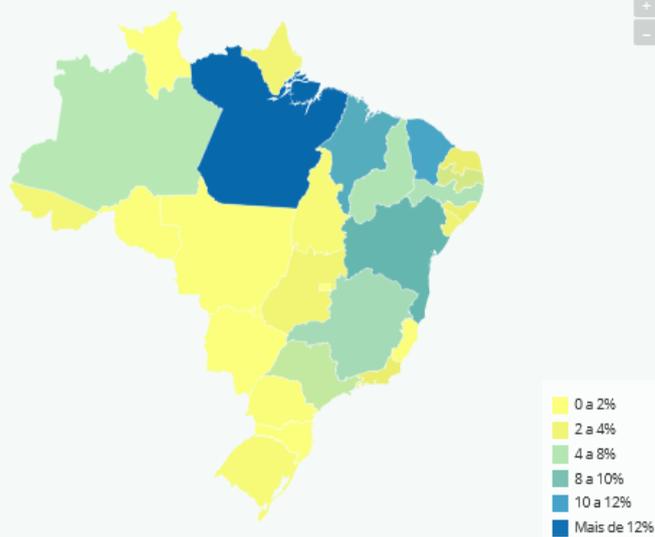
CEARÁ TEM A MAIOR FATIA...

Distribuição dos alunos bem-sucedidos - em %

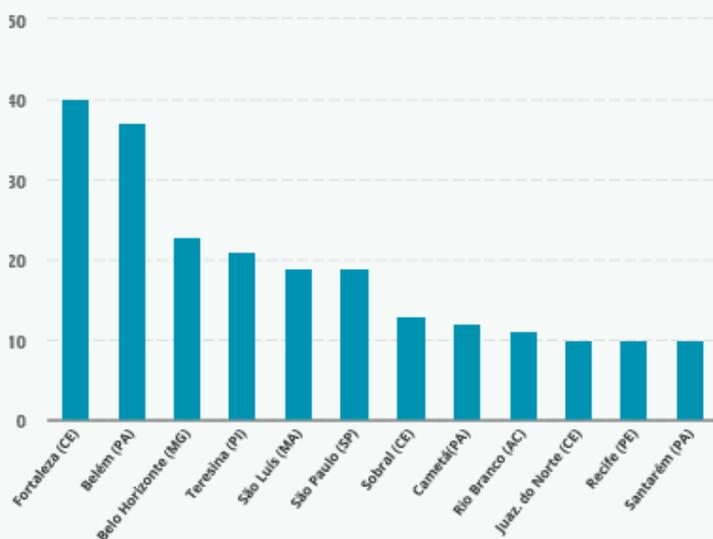


...AINDA QUE NÃO SEJA O ESTADO COM MAIS JOVENS DE BAIXA RENDA

Fatia dos Estados no total de alunos de baixa renda - em %



Principais cidades onde eles estão



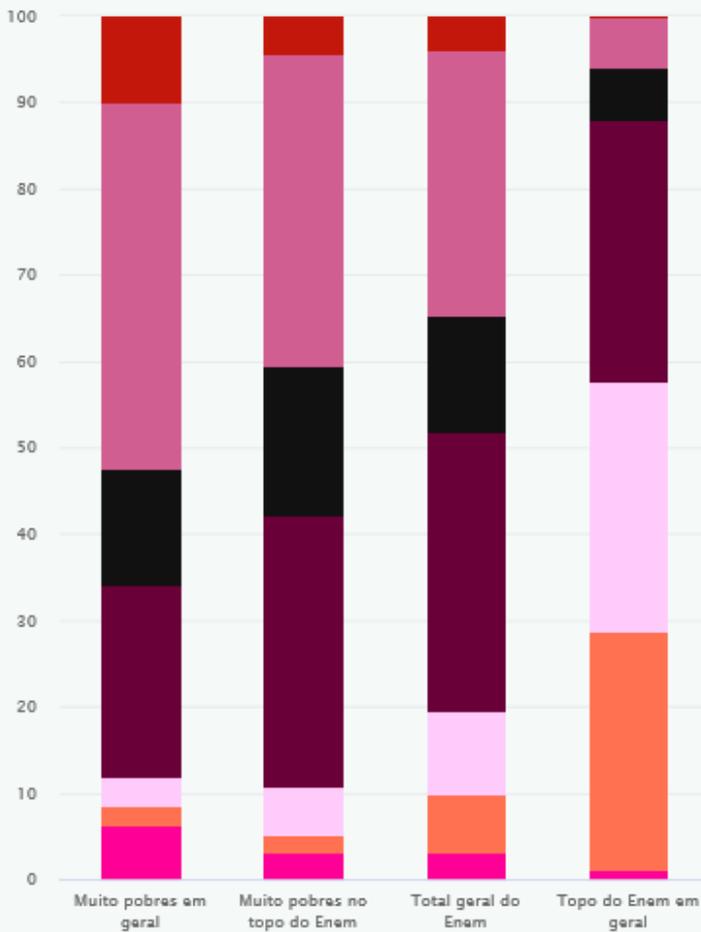


Divisão por instrução

Perfil dos muitos pobres bem sucedidos no ENEM é distante do resto do topo

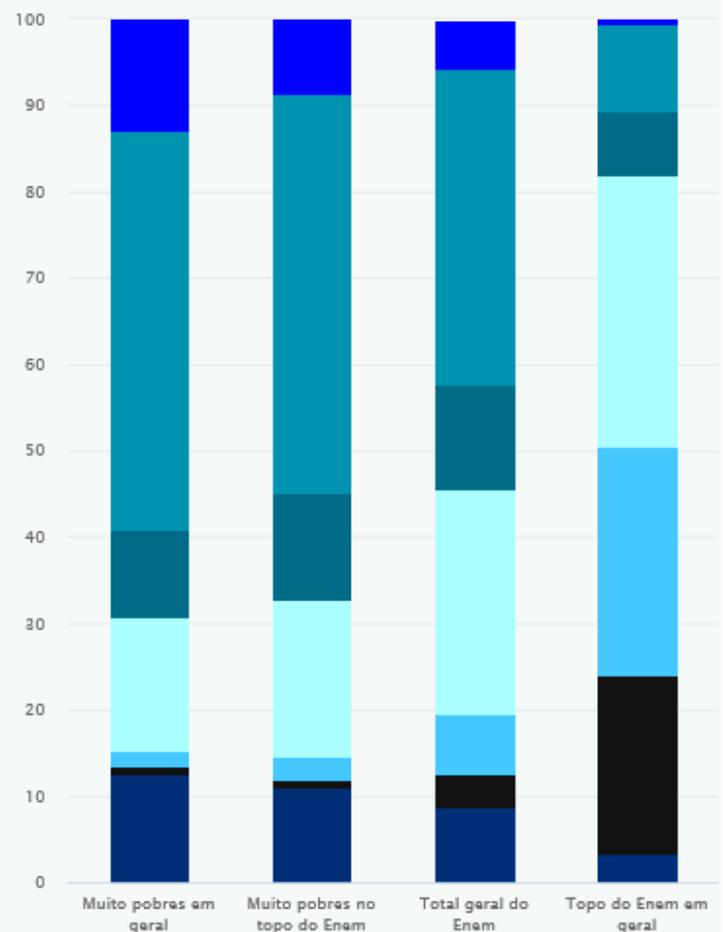
ESTUDO DA MÃE
em %

- Nunca estudou
- Médio incompleto
- Ensino superior
- Não sei
- Fundamental incompleto
- Médio completo
- Pós-graduação



ESTUDO DO PAI
em %

- Nunca estudou
- Médio incompleto
- Ensino superior
- Não sei
- Fundamental incompleto
- Médio completo
- Pós-graduação



Resistir na ciência e na universidade

Noventa e cinco por cento das pesquisas são feitas nas universidades e mesmo assim 18 mil bolsas da Capes e do CNPQ foram perdidas e as universidades são atacadas pelo governo, lembra o reitor da Unicamp, Marcelo Knobel. A cientista Mônica Lopes-Ferreira, punida por ter divulgado uma pesquisa mostrando que não há dose segura de agrotóxico, disse que a ciência pede respeito. Entrevistei os dois sobre esse tenso momento do país, em que as universidades públicas e a pesquisa científica são alvos de ataque constante.

Mas a sociedade resiste. A Unicamp fez um movimento que mobilizou oito mil pessoas no campus, para a leitura de uma moção de defesa da ciência e da universidade, que uniu alunos de graduação, pós-graduação, professores, funcionários e a reitoria:

—Foi algo inédito em 53 anos. A primeira vez que isso ocorreu, mas saí para mostrar para a sociedade a importância da educação pública, da ciência e da tecnologia.

Uma prova da produtividade da universidade é que o faturamento anual das “empresas filhas da Unicamp” chega a R \$7,9 bilhões, segundo divulgação recente na Agência de Inovação da Unicamp. São empresas fundadas por ex-alunos. A universidade transformou a região num polo de startups em diversas áreas. São 815 empresas que juntas criaram 35 mil empregos diretos.

— E fala-se que na universidade só tem balbúrdia e nada acontece. É um lugar que forma gente com seriedade — diz o físico Knobel.

A imunologista Mônica Lopes-Ferreira foi a responsável pelo desenvolvimento de um remédio para asma que evita os corticoides.

— Foi a partir das pesquisas que fazemos com peixes há mais de 20 anos. Num deles, encontramos uma molécula que é anti-inflamatória e cuja principal função pode ser o uso nos tratamentos contra asma. Existe já a patente em mais de 15 países, durante muito tempo trabalhamos em associação com a indústria farmacêutica brasileira e o preço é muito mais barato — disse Mônica.

Mesmo com esse histórico, ela foi afastada por seis meses das pesquisas do Instituto Butantan sob o pretexto de que ao fazer a última pesquisa com peixes não submeteu ao comitê de ética. Ela foi à Justiça, que a reintegrou. A conclusão da pesquisa equívoca esmoem doses mínimas, dez agrotóxicos testados provocam deformações ou matam os peixes.

— A ciência e a educação precisam ser respeitadas. Essa é a palavra, porque a ciência está em tudo. O que precisamos hoje é respeito, e foi isso que o movimento da Unicamp exigiu: respeito — disse Mônica.

— A ver da deus que nunca, em nenhum momento da história da

humanidade, algum país saiu da crise sem investir em ciência e tecnologia. Na Unicamp, temos uma história de sucesso e isso pode ser provado pelos números do faturamento e emprego das empresas filhas. Elas se conectam, há um networking acontecendo em Campinas, bem interessante. Mas isso acontece também em São Paulo, no Rio, em vários lugares do Brasil — diz Marcelo Knobel.

Hoje, segundo o reitor, praticamente 30% do orçamento da Unicamp vêm de parcerias com outras entidades, sejam empresas públicas ou privadas.

— Muita coisa é dita das universidades brasileiras sem nos conhecer. Eu atribuo (ou atribuo) a falta de conhecimento e ao discurso ideológico — disse Knobel.

O reitor definiu o Future-se, programa que o governo lançou, como “incerto”. Ele cria um fundo que poderia ser aproveitado para as pesquisas nas universidades, mas não se diz como o fundo vai ser constituído e como vai funcionar:

— Não se diz qual é o modelo de negócios do fundo.

Os dois disseram na entrevista que o fundoamental preservava a autonomia das universidades e a liberdade de pesquisa. É exatamente o que tem sido afetado por atos e palavras do atual governo.

— No meu caso, é porque o meu achado (contra os agrotóxicos) desagradou. É muito estranho eu ter que ir à Justiça para ter liberdade de





pesquisa. Não estou brigando com o Instituto Butantan, que é um dos maiores centros de pesquisa, estou brigando pela ciência. E continuo trabalhando. Agora estou testando as águas de Brumadinho. Dado é dado, a gente não obriga com dado.

Knobel fez um esforço de ajuste fiscal e a Unicamp está perto do equilíbrio orçamentário. Contudo, acha que certos cortes que o governo têm feito são ataques à universidade pública.

Governo ataca as universidades sem conhecê-las e persegue cientistas quando não gosta do resultado das pesquisas

A gestão da educação

CLAUDIA COSTIN

É comum se dizer que não falta dinheiro para a educação, e sim gestão. De fato, o zelo pelo bom uso de recursos ainda é insuficiente no Brasil e ainda há muito desperdício. Mas o que torna a educação mais cara é a importância de, num país com baixa atratividade da carreira docente, contar com salários mais adequados para atrair mais talento para a profissão.

Afinal, mostram as pesquisas, o elemento mais importante para assegurar educação de qualidade não é a infraestrutura nem sequer a disponibilidade de livros didáticos, conforme mostra o trio que recebeu o Prêmio Nobel de Economia deste ano, mas a qualidade dos professores.

Mesmo assim, a gestão tem um papel fundamental para garantir que o dinheiro seja bem utilizado e alocado no que assegure a aprendizagem de todos os alunos.

Kremer, Banerjee e Duflo receberam o Nobel por mostrarem

a importância de avaliações de impacto bem estruturadas no combate à pobreza e, em especial, em saúde e educação. De fato, com o uso de análises que incluam grupos de controle e tratamento, podemos saber se determinada intervenção teve sucesso e merece ser escalada em política pública.

Acompanho as práticas educacionais no Brasil há muitos anos e observo como ainda nos baseamos pouco em avaliações sólidas para saber o que deve ser replicado. Mas uma clara exceção —entre outras poucas— é o programa Jovem de Futuro, organizado pelo Instituto Unibanco.

Iniciada em 2007, a ação, focada em gestão da aprendizagem, foi ganhando robustez ao longo dos anos, tendo sido adotada por 11 redes estaduais de ensino, afetando 3 milhões de estudantes. O projeto ensina secretarias e cada escola envolvida a trabalhar com dados e a monitorar o efeito de suas ações para tentar garantir melhoras relevantes na

aprendizagem e diminuição das desigualdades educacionais.

Mas o que chama mais a atenção no projeto é o fato de que ele conta com avaliações de impacto em todas as suas fases, desde seu funcionamento em escala piloto até quando passa a atender a todas as escolas de uma dada rede. Ou seja, sua implementação com base nas teses preconizadas por Kremer, Banerjee e Duflo é um dos motivos que fazem com que o Jovem de Futuro, ao focar a gestão da política educacional, melhore de forma importante a aprendizagem em português e matemática num ensino médio que, na média brasileira, ainda patina tanto.

Sim, educação de qualidade passa por currículos, por atração, formação e retenção de bons professores, mas nada disso será possível sem uma boa gestão educacional. E, sem isso, os jovens brasileiros não poderão, de fato, ter futuro.

Menino tem 64% a mais de chance de repetir de ano

Angela Pinho

SÃO PAULO Meninos têm uma probabilidade 64% maior do que meninas de repetir de ano no Brasil, mostra estudo divulgado nesta quinta-feira (31) pelo Unicef (braço das Nações Unidas pela Infância) e pelo Instituto Claro.

A partir de dados das redes estaduais e municipais obtidos pelo Censo da Educação Básica, o trabalho mostra ainda a dimensão da exclusão no país: somente em 2018, 912 mil estudantes abandonaram a escola.

Outros 2,6 milhões foram reprovados, o que corresponde a 11,3% dos alunos e 6,9% das alunas.

Chefe de educação do Unicef no Brasil, Ítalo Dutra afirma que as possíveis explicações para a diferença de gênero ainda estão sob análise, mas algumas questões já são conhecidas por trabalhos anteriores ou pela interlocução com as escolas.

“Meninos tendem a manifestar mais cedo desinteresse na escola e ingressar mais de forma precária no mercado de trabalho”, afirma.

Ele diz também que a exclusão revelada pelo relatório é um tema que está cada

vez mais na agenda dos gestores, mas ainda é pouco conhecido pela sociedade civil. “Há uma percepção social de que todo mundo está incluído, mas não é verdade.”

Além do número de cerca de 2 milhões de crianças

2,6 milhões

dos estudantes foram reprovados em 2018

912 mil

alunos abandonaram a escola

22%

dos estudantes têm dois anos ou mais de atraso escolar

13,7%

é a taxa de reprovação entre alunos negros

7,3%

é a taxa de reprovação entre alunos brancos

fora da escola já detectado em pesquisas do IBGE, a fotografia de 2018 revelada pelo estudo nesta quinta-feira mostra um cenário preocupante especialmente para o ensino médio.

Dos 912 mil estudantes que deixaram a escola no ano passado, 50,6% estavam nessa etapa. A escolarização é obrigatória no Brasil para a faixa etária de 4 a 17 anos.

O relatório também aponta a persistência de um problema do sistema brasileiro: o alto número de crianças com dois anos ou mais de atraso escolar (distorção idade-série), que têm maior tendência de evadir e ter pior desempenho. Elas são 22% dos estudantes. No ensino médio, o índice chega a 31%.

Em todas as etapas, é maior nas regiões Nordeste (29% no total, 39% no ensino médio) e Norte (31% no total, 45% no ensino médio).

Até pela taxa mais alta de repetência, meninos têm 43% mais chance de estar em distorção idade-série do que as meninas.

Tanto o índice de reprovação como o de abandono e distorção idade-série são marcados por desigualdades.

Alunos pretos têm quase o





dobro da taxa de reprovação de alunos brancos (13,7% contra 7,3%) e mais do que dobro da distorção idade-série (31% ante 15%) e do abandono (4,35% ante 2,09%).

Estudantes com deficiência, por sua vez, têm probabilidade 59% maior de repetir do que os demais.

Já entre os indígenas, 41% estão atrasados pelos menos dois anos na escola.

Junto com o relatório, o Unicef e o Instituto Claro lançaram um curso online voltado para gestores e professores, para auxiliá-los no diagnóstico dos problemas em cada escola. A ideia é que a capacitação ajude os responsáveis a tempo de mudar a trajetória dos alunos.

Escola Sem Partido divulga fotos de menores e critica 'lavagem cerebral'

—
Anna Virginia Balloussier

RIO DE JANEIRO “Lavagem cerebral concluída com sucesso”, diz um tuíte do Escola Sem Partido publicado na segunda-feira (28). “Alunos transformados em militantes das pautas da esquerda — desarmamento, ambientalismo, causa LGBT.”

À legenda somam-se fotos de estudantes, a maioria adolescentes, do Colégio Anchieta, instituição privada em Nova Friburgo (RJ).

A exposição dos alunos pelo movimento, que critica o que julga como doutrinação ideológica nas escolas, é uma infração ao ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). Reconhecido como lei desde 1990, o documento estabelece o direito à preservação da imagem e da identidade de menores de idade.

Nas fotos estão jovens com cartazes que dizem “paz no mundo”, “mais livros, menos armas”, “o mundo está sangrando” (com o desenho de uma Terra pingando sangue) e “consideramos justa toda forma de amor”.

Os comentários abaixo oscilam entre quem pede o apagamento das imagens (“Expondo menores de idade sem consentimento dos pais? Que coisa feia. Seus doentes!”) e quem respalda a publicidade dada a elas (“A gente paga uma fortuna pro colégio e forma um militante vegano que crava 13”).

A turma do Colégio Anchieta participou no último dia 18 do Aula na Rua.

Os pais dos alunos envolvidos receberam oito dias antes um informe assinado pela direção. O Aula na Rua, segundo a carta, concluiria a Semana Cidadã e seria uma “experiência concreta do direito democrático de manifestação e expressão em favor dos direitos democráticos e de justiça para todos”.

A caminhada da unidade até a rodoviária local seria escoltada pela PM e ficava proibida “qualquer conotação de política partidária”. Os pais tinham que autorizar a participação dos filhos.

Um adolescente de 17 anos, do 3º ano do ensino médio, diz

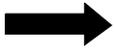
que o colégio os chamou para a sala de artes antes da ação para preparar o material que seria levado às ruas. Lá, “deram liberdade pra gente fazer o que quisesse”, diz o rapaz. “O aluno com mentalidade conservadora poderia fazer qualquer cartaz desde que respeitasse os direitos humanos.”

A Folha telefonou para o advogado Miguel Nagib, fundador do Escola Sem Partido, para falar sobre o post. Ele pediu que a repórter retornasse a ligação para outro número, para que ele pudesse gravar a conversa, mas não atendeu em nenhum dos números.

Nas redes sociais, o movimento afirma: “Quem disse que defender desarmamento é respeitar vidas humanas? Quem disse que gritar histericamente ‘o mundo está sangrando’ é respeitar o meio ambiente? Vão estudar esses assuntos, em vez de ficar fazendo cartazes e repetindo slogans! A escola de vocês é cara demais pra isso”.

Segundo Pablo Lago, professor da Universidade Positivo e doutor em direito pela USP, “é cabível indenização





por danos morais”, pois a divulgação dos retratos infringe o ECA. O Escola Sem Partido afirma que as fotos já estavam em redes.

Para Lago, o problema maior é a exposição da imagem acompanhada de termos como o de lavagem cerebral.

Real Parque

DUAS ESCOLAS E UMA SÓ REALIDADE EM UM JORNAL

Alunos de um dos colégios com mais cara mensalidade em São Paulo se unem aos da rede pública para retratar o mesmo bairro em que estudam

Isabela Palhares

Eles moram na mesma cidade, estudam no mesmo bairro, mas vivem realidades completamente diferentes. Distantes pouco mais de um quilômetro no Real Parque, zona sul de São Paulo, os alunos das escolas Avenues, que tem uma das mais caras mensalidades da capital, e da Escola José Alcântara Machado Filho, da rede municipal, se juntaram para escrever um jornal com notícias sobre as suas realidades.

“Esse projeto conseguiu unir essas crianças, que vivem em condições tão diferentes, porque deu igualmente voz a todas elas. Os

alunos da Alcântara vieram conhecer nosso prédio e nossos projetos e depois nós fomos conhecer os deles. Eles ficaram encantados com o que temos aqui e também ficaram orgulhosos de nos mostrar o que fazem”, contou Tatiana Oliveira, professora de Língua Portuguesa do 5.º ano na Avenues.

O projeto das duas escolas teve início neste ano, após os alu-

● Visão de mundo

“Sempre achei que não adianta só ensinar as crianças a ler e a entender o que acontece no mundo, mas dar espaço para que se manifestem.”

Stephanie Habrich

nos da Avenues terem uma primeira experiência em 2018 criando o próprio jornal por meio de uma ferramenta do Jornal Joca – uma publicação online e impressa feita especialmente para crianças e pré-adolescentes. “Sempre achei que não adianta só ensinar as crianças a ler e a entender o que acontece no mundo, mas dar espaço para que se manifestem. Por isso, o Joca oferece às escolas uma plataforma para que criem os próprios jornais”, contou a fundadora Stephanie Habrich.

Na primeira edição do jornal da Avenues, os alunos optaram por escrever notícias sobre os projetos que desenvolvem na escola. “Neste ano, eles disseram que queriam escrever mais sobre a comunidade em que vi-





Método. Oficinas ensinaram crianças a checar informações

vem, sobre a cidade. Para isso, eles precisam expandir os muros da escola”, disse Tatiana.

Foi dessa demanda dos alunos que surgiu o convite para que os estudantes da José Alcântara compartilhassem a sua visão de mundo e escrevessem juntos a nova edição. Para que o jornal pudesse ser elaborado, os estudantes trocaram visitas e fizeram oficinas de jornalismo juntos.

“Essa experiência foi muito importante para a nossa escola. Quebrou barreiras e preconceitos do lado de lá e do lado de cá. Nossos alunos são de famílias muito carentes, mas que vivem próximas de bairros ricos, com uma realidade muito distinta da deles”, contou Claudia Rodrigues, coordenadora pedagógica da escola municipal.

“Muitas vezes nossos alunos se sentem diminuídos, inferiorizados.

Essa interação permitiu que eles vissem que aprendem a mesma coisa, fazem a mesma atividade que os alunos das outras escolas”, explicou a educadora. As crianças também decidiram escrever sobre os projetos que desenvolvem no colégio.

Projeto. A elaboração do jornal faz com que os estudantes se envolvam em todo o processo, desde a sugestão de pautas até a edição. Eles se dividiram em equipes, cada uma responsável por uma das etapas.

“Ensinamos a checar uma informação, a identificar fontes seguras, além da escolha de entrevistados. É um processo de alfabetização midiática que ajuda os alunos a identificar informações falsas que podem encontrar no dia a dia”, explicou Stephanie. Como toda a elaboração do jornal é em grupo, ela também destaca que o projeto ensina outras habilidades, como trabalhar em equipe, compreensão e respeito ao trabalho dos colegas.

CONJUNTURA »

GDF prorroga prazo de seleção



Professores temporários do cadastro reserva poderão dar aulas por até mais um ano

» Lorena Pacheco

O Governo do Distrito Federal (GDF) prorrogou o prazo de validade do processo seletivo de cadastro reserva para professores temporários da Secretaria de Educação, com objetivo de atender a demanda que pode surgir no decorrer do ano letivo de 2020. A decisão foi publicada no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF) de ontem. Segundo a publicação, o edital de número 40, lançado em 3 de setembro do ano passado, teve

a validade estendida por mais um ano, obedecendo o calendário escolar de 2020.

A seleção foi organizada pelo Instituto Quadrix. De acordo com o edital, a remuneração para o cargo de professor substituto é fixada de acordo com a hora-aula. A referência são os vencimentos básicos correspondentes aos padrões iniciais da carreira Magistério Público do Distrito Federal. Assim, para professor de educação básica selecionado para a carga horária de 20 horas, o salário é de R\$

1.929,43; enquanto para professor de educação básica com 40 horas, a remuneração é de R\$ 3.858,87.

Embora temporário, o contratado garante o pagamento de férias e 13º salário, proporcionais ao período trabalhado. Além disso, ainda podem ser adicionadas gratificações de atividade pedagógica, de alfabetização, de ensino especial, de zona rural, de docência em estabelecimento de ensino diferenciado e de atividade em estabelecimento de restrição e privação de liberdade. Com as gratificações, o salário pode ultrapassar os R\$ 5 mil.

Puderam concorrer candidatos com graduação nos cursos de administração, arte, atividades, biologia, biomedicina, ciências naturais, contabilidade, direito, educação física, eletrônica, eletrotécnica, enfermagem, farmácia, filosofia, física, fisioterapia, geografia, história, informática, LEM/espanhol, LEM/francês, LEM/inglês, LEM/japonês, letras Libras, língua portuguesa, matemática, música (comum a todos os componentes curriculares), nutrição, odontologia, psicologia, química, sociologia e telecomunicações.



podem ser trabalhados, como Cristiane Sobral, Conceição Evaristo, Carolina Maria de Jesus e Djamilia Ribeiro, entre outros.

Conexão

A professora Renata Keila dos Santos, 31 anos, foi a responsável por encerrar as atividades do seminário. Ela apresentou o projeto Conexão Brasil e África, que consiste em apresentar para alunos de 5 a 10 anos a relação entre o país e o continente, a partir de metodologias interativas, como encenação de peças de teatro, musicais e presença de pessoas negras que repassem agregar conhecimento para os estudantes.

Sissi Daniel, 27 anos, é um desses casos. Angolana, mora desde os 12 anos no Distrito Federal em virtude

do trabalho do pai na embaixada. Ela esteve no evento para falar do trabalho que faz há um ano, no qual apresenta para alunos o continente africano. “Muitos não sabem que o Egito fica na África ou que na Angola se fala português. São vários exemplos que mostram o quanto os jovens estão desinformados”.

Ela acha que essa falta de conhecimento está atrelada aos professores, que não ensinam corretamente. “Quando falam da África, sempre associam a guerras, fome e pobreza. Nunca são apresentadas riquezas e diferenças entre os países. Existem várias maneiras de apresentar o continente africano, não precisa ser só sobre a escravidão”, pontua.

*Estagiário sob supervisão de José Carlos Vieira



Capes reitera que pagamento de bolsas está garantido este ano

Por Ana Cristina Campos -
Repórter da Agência Brasil
Brasília

O presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Anderson Ribeiro Correia, reiterou hoje (31) que o pagamento dos bolsistas da agência está garantido este ano.

“A premissa para este ano é que nenhum bolsista ativo seja prejudicado”, afirmou Correia, em audiência pública da Comissão Mista de Orçamento da Câmara dos Deputados.

Segundo Correia, do orçamento deste ano da Capes, de R\$ 4,25 bilhões, R\$ 549 milhões ainda estão contingenciados (bloqueados). Ele informou que há uma possibilidade de novo descontingenciamento ainda em 2019.

O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para 2020 enviado ao Congresso Nacional prevê orçamento de R\$ 2,48 bilhões para a Capes. Correia destacou, no entanto, que o orçamento para o ano que vem ainda está em negociação e pode ser ampliado em R\$ 600 milhões pelo governo federal e em outros R\$ 600 milhões por meio de emendas parlamentares da Comissão de Educação da Câmara.

“Em função de negociações com a Economia, a Casa Civil e o Congresso, houve uma proposta de mais R\$ 600 milhões a serem adicionados a esse orçamento, que serão oficializados, segundo informação que recebi, agora nesse início de novembro. Isso deve ser enviado aqui ao Congresso”, afirmou o presidente da Capes.

CNPq
O presidente do Conselho

Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), João Luiz Filgueiras de Azevedo, que também participou da audiência pública, disse que, para 2020, a proposta de lei orçamentária que tramita no Congresso prevê R\$ 1 bilhão para bolsas, aumento de 28% em relação à dotação de 2019.

No entanto, a verba de fomento às atividades de pesquisa caiu 87%, de R\$ 127 milhões este ano para R\$ 16,58 milhões no ano que vem.

“O grande problema está no fomento em que os recursos estão bem abaixo do que o CNPq teria necessidade”, afirmou Azevedo.

De acordo com o presidente do CNPq, cálculo feito pela agência aponta a necessidade de um orçamento de R\$ 1,47 bilhão para contemplar as despesas previstas para 2020.





A Capes, vinculada ao Ministério da Educação, e o CNPq, subordinado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, são responsáveis pelo fomento à atividade científica no país. No entanto, têm naturezas diferentes.

O CNPq custeia não somente bolsas, mas projetos de pesquisa feitos em instituições de ensino superior e centros de investigação. Já a Capes não apenas custeia bolsas de pós-graduação, mas também é responsável pela avaliação dos programas de pós-graduação do país e periódicos, além de atuar com ações de formação de professores da educação básica.